



Câmara dos Deputados

|  |
|--|
| Subsecretaria de Apoio às Comissões Mistas |
| Recebido em 04/06/2012 às 16:00            |
| <i>[Assinatura]</i> /Matr. 4721            |

MPV 571

Emenda a MP 571 de 2012

00455

Tipo de Emenda:

|         |                                     |            |                          |              |                          |
|---------|-------------------------------------|------------|--------------------------|--------------|--------------------------|
| Aditiva | <input checked="" type="checkbox"/> | Supressiva | <input type="checkbox"/> | Modificativa | <input type="checkbox"/> |
|---------|-------------------------------------|------------|--------------------------|--------------|--------------------------|

Dispositivo Emendado

|        |    |           |    |         |                          |        |                          |
|--------|----|-----------|----|---------|--------------------------|--------|--------------------------|
| Artigo | 41 | Parágrafo | 7º | Incisos | <input type="checkbox"/> | Alínea | <input type="checkbox"/> |
|--------|----|-----------|----|---------|--------------------------|--------|--------------------------|

Acrescente-se ao artigo 41 da Lei 12.651, de 25 de maio de 2012, o seguinte parágrafo:

§ 7º a contratação do pagamento por serviços ambientais rurais terá como prioridade os agricultores familiares e empreendedores familiares rurais, definidos nos termos da Lei n. 11.326/2006.

#### Justificativa

O pagamento por serviços ambientais, além do objetivo de indenizar o proprietário pela preservação da propriedade em função do interesse transindividual ao meio ambiente, deve ter também como objetivo, ao transferir recursos públicos, monetários ou não monetários, garantir a sobrevivência econômica daqueles que ajudam a conservar ou produzir tais serviços.

Sob esta ótica, os agricultores familiares nos termos da Lei 11.326, de 24 de julho de 2006, são responsáveis pela preservação 8.119.041 hectares de Matas e/ou florestas naturais destinadas à preservação permanente ou reserva legal, conforme dados do Censo Agropecuário de 2006, o que corresponde a 10% da área total ocupada por estes agricultores, o que evidencia a necessidade do Estado garantir condições econômicas para preservação e incentivo à recuperação ambiental em mais de 4 (quatro) milhões de estabelecimentos rurais.

Dep.Federal MÁRCIO MACÊDO

PT/SE

